



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

IMPACTOS DA PANDEMIA NA PERMANÊNCIA DAS/DOS DISCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFRB

CAMILA BRANDÃO PIRES¹

MILENA DOS SANTOS SILVA²

VÍVIAN KAREN ANUNCIÇÃO DA SILVA DOS SANTOS³

ALBANY MENDONÇA SILVA⁴

ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA⁵

RESUMO:

O presente trabalho foi desenvolvido a partir do grupo de pesquisa "Formação Profissional, Trabalho e Serviço Social" (GT ForPSS), com o objetivo de analisar quais as estratégias adotadas para superar os desafios enfrentados pelas/os mestrandas/as, tendo como foco o processo de criação do Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios (POSTERR), que integra o CAHL/UFRB.

Palavras-chave: Pós-graduação; Permanência; Retenção; Pandemia.

ABSTRACT:

The present study was developed based on the research group "Professional Formation, Work and Social Service" (GT ForPSS), with the aim of analyzing the strategies adopted to overcome the challenges faced by master's students, focusing on the process of creating the Graduate Program in Social Policy and Territories (POSTERR), which is part of CAHL/UFRB.

Keywords: Graduate studies; Permanencia, Retention; Pandemic.

INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

³ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

⁴ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

⁵ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Destaca-se que um momento crucial na história da educação superior no Brasil é o reconhecimento das primeiras experiências de pós-graduação em 1965, conforme o parecer nº 977/1965, atualmente conhecido como parecer Sucupira, com isso, o país passa a ter bases institucionais para a pós-graduação, adotando um novo nível de ensino, diferenciando o mestrado do doutorado e separando formalmente os cursos *stricto* e *lato sensu*, sendo um momento significativo para a evolução da educação superior. Segundo Ribeiro (2023, p. 73),

Os programas de pós-graduação atuam não apenas na formação de docentes e pesquisadores para as universidades e instituições de pesquisa, mas, também, na busca de soluções frente às problemáticas que se constituem como desafios para o Brasil.

Cabe registrar que historicamente a pós-graduação concentrou-se na região Sul e Sudeste, e nos últimos anos, há uma tendência de crescimento dos programas na região Nordeste. De acordo com os dados da Capes (2024), no Brasil há o registro de 36 programas de pós-graduação, sendo 10 situados no Nordeste, abrangendo os 9 estados. Dos novos mestrados criados em 2019, destaca-se o mestrado em Políticas Sociais e Territórios (POSTERR) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)⁶, localizado no território do Recôncavo da Bahia. Este programa emerge num contexto de expansão da pós-graduação com as contradições do processo de interiorização e democratização do ensino das universidades inseridas no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁷. E com isso, colocam-se os desafios postos na permanência dos discentes.

Em 1965 as primeiras experiências de pós-graduação foram reconhecidas no país, como novo nível de ensino. É exatamente neste ano que foi estabelecido o parecer n.977/1965, com o formato básico institucional da pós-graduação, distinguindo entre seus dois níveis de formação: mestrado e doutorado (Ivashita; Vieira, 2017, p. 122).

Diante disso, o estabelecimento do programa em Cachoeira-BA propiciou uma valorização do território, destacando as linhas de pesquisas da Política Social e Territórios no contexto do capitalismo contemporâneo em suas determinações sócio-históricas, considerando as lutas dos movimentos sociais por direitos. O POSTERR é referência no Centro de Artes, Humanidades e

⁶ A UFRB foi criada a partir da Lei nº 11.151 de 29 de julho de 2005, que dispõe sobre a criação da Universidade e dá outras providências, diante do seu desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e oriunda do REUNI, constituindo-se como um marco da política nacional de interiorização e democratização do ensino superior.

⁷ Segundo o Relatório Qualitativo Plataforma Sucupira (2019), a UFRB é fruto do Programa de Expansão Universitária, Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A UFRB nasceu como parte da política nacional de interiorização do ensino superior, de forma que a UFRB veio preencher uma lacuna na oferta de ensino superior Federal na Bahia, pois até a sua fundação, o Estado possuía apenas uma Universidade federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Letras (CAHL), sendo a especialização que mais recebe estudantes graduados/as no curso de Serviço Social, mais especificamente, assistentes sociais.

O presente trabalho se trata de uma pesquisa em andamento, desenvolvida através do Grupo de Pesquisa “Formação Profissional, Trabalho e Serviço Social” (GT ForPSS), por meio do projeto de pesquisa *Ensino Remoto e a Permanência na Pós-Graduação em Serviço Social: Desafios e estratégias no Contexto Pandêmico*, tendo como foco o Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios (POSTERR), que integra o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB). Outrossim, é válido pontuar o que levou a construção deste texto científico, ou seja, qual o objetivo, que é justamente analisar e identificar quais foram as medidas que as/os mestrandas/os, diante de suas singularidades e tendo em vista os vários desafios enfrentados em sua própria rotina acadêmica, precisaram desenvolver para conseguir superá-los.

Destarte, utilizou-se de uma metodologia organizada em dois momentos, sendo que o primeiro foi baseado em pesquisas bibliográficas, levantamento de dados do sistema de registro e análise de dados parciais do sistema da UFRB, referente ao número de ingressantes, número de defesas, de dissertações realizadas e quantidade de vagas ofertadas no programa. Já o segundo momento ocorreu através de pesquisa quantitativa e qualitativa, com desenvolvimento de questionário e posterior aplicação por meio de entrevistas semiestruturadas com alguns estudantes do programa da pós-graduação, o que permitiu perceber o perfil desses discentes, as vivências, as dificuldades, e quais os reais motivos que contribuem para permanência dos discentes no curso, como também as causas que resultam na retenção⁸.

Assim, o artigo aborda reflexões sobre como o sistema educacional, sobretudo no que se refere ao ensino de nível superior do CAHL, foi impactado durante e após o período pandêmico e de que forma dentro deste mesmo cenário, em contrapartida, o ensino remoto se tornou um principal aliado no processo de continuidade do curso, especificamente, o Programa de Pós-Graduação pesquisado.

Por fim, a estrutura deste artigo é composta, inicialmente, pela introdução em que se evidencia o contexto da pós-graduação da própria instituição, objetivos e metodologia. Logo em seguida, são apresentados dois tópicos que discorrem sobre o ensino remoto no cenário pandêmico e quais foram as estratégias que os estudantes precisaram adotar como medidas para superar as dificuldades obtidas no decorrer do processo de formação. E finaliza-se com as considerações finais e referências utilizadas pelas autoras.

⁸ Quando o aluno(a) continua com matrícula vigente em um curso, por um tempo maior do que é determinado no currículo da instituição (Lima Júnior *et al.*, 2019; Vasconcelos; Silva, 2011).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2 PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO NO CENÁRIO PANDÊMICO

A pós-graduação é instituída no Brasil a partir da década de 1960, e conseqüentemente, foi criada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo um papel fundamental tanto para o desenvolvimento da educação de nível superior de qualidade, como também buscando o reconhecimento mundial pelas pesquisas.

No contexto da consolidação das Ciências Sociais no país, o Serviço Social ganhou notoriedade com a criação de programas de pós-graduação, demonstrando a cientificidade que perpassa a área e explorando debates acerca de temas sensíveis à realidade concreta, em que Silva e Carvalho (2011, p. 12) evidenciam que “a Pós-Graduação tem importante papel na qualificação e no avanço do Projeto Ético-Profissional do Serviço Social, hegemônico, no Brasil, desde os anos 1980”, explicitando significativas contribuições ao ensino e favorecendo o avanço da formação profissional no curso de Serviço Social. Para além disso, permitiu que se tenha a interlocução e visibilidade, no que se refere ao âmbito acadêmico da própria profissão com outros campos.

Conforme indicado anteriormente, a implantação do primeiro curso de pós-graduação, em nível de mestrado, no Serviço Social, ocorreu na PUC/Rio de Janeiro, em 1972, seguindo-se o da PUC/SP, e o primeiro doutorado foi criado pela PUC/São Paulo, em 1981. O Serviço Social constituiu-se área específica de pós-graduação no âmbito da CAPES, situando-se na grande área das Ciências Sociais Aplicadas congregando, 19 Programas de Pós-Graduação, sendo 19 cursos de mestrado e 09 de doutorado em funcionamento até dezembro de 2005, além de 04 cursos de mestrado, já recomendados pela CAPES, em implantação em 2006 (Silva; Carvalho, 2011, p. 6).

Conforme Silva e Gonçalves (2002, p. 4), “a pós-graduação no país é recente e encontra-se em processo de consolidação. Em relação ao Serviço Social, pode-se afirmar que é embrionária a política de pós-graduação em Serviço Social no Brasil em relação aos demais programas”. Nesse sentido, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é uma das muitas Instituições de Ensino Superior (IES) que se estabeleceram no país, inicialmente ofertando cursos de graduação, até sua expansão para a pós-graduação⁹. Entretanto, trazendo para a

⁹ A UFRB disponibiliza um total de 38 (trinta e oito) cursos de pós-graduação, sendo que 21 (vinte e um) são Stricto Sensu, que é de curta duração e tem como objetivo aperfeiçoar e atualizar o conhecimento de profissionais em áreas específicas, especializando-os. E, os outros 17 (dezessete) cursos são de Lato Sensu, ou seja, são aqueles programas vistos como de alto nível, mestrado e doutorado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realidade atual, é importante destacar que a UFRB é definida pela predominância de cursos na modalidade presencial, contudo, tendo em vista o cenário pandêmico¹⁰ vivenciado por todo o mundo, deflagrando consequências desastrosas nas mais variadas esferas da vida cotidiana e com particularidades específicas de cada território, a instituição se viu impossibilitada de manter as aulas presenciais.

Dado o exposto, sob um governo característico do ultraneoliberalismo, com uma preocupação exorbitante com relação ao colapso da economia, muito mais do que com as vidas ceifadas pelo vírus, se a realidade brasileira já era de uma crise iminente, com a junção da urgente crise sanitária em questão, a realidade tornou-se catastrófica, acentuando a desigualdade social.

Nas ações do governo federal, tais imbricações parecem presentes, merecendo, contudo, uma análise a ser aprofundada. O governo Bolsonaro, nessa direção, tem desferido várias sinalizações envolvendo: críticas ao papel e finalidades das universidades públicas, atacando sua eficiência e impondo restrições à sua autonomia; questionamentos sobre conhecimento científico e sobre o papel e finalidades da educação escolar; questionamentos e busca de controle sobre os profissionais da educação (movimentos como lei da mordaza/Escola sem Partido, que avançam nos poderes legislativos e executivos do país); redução drástica de recursos para a educação básica e superior, entre outros (Dourado, 2019, p. 13).

Nessa conjuntura, a educação foi duramente atacada, principalmente no Ensino Superior. As universidades públicas foram alvo de calúnias e cortes orçamentários, mesmo tentando manter a “normalidade” do ensino, pesquisa e extensão. Docentes foram submetidos a situações desafiadoras, precisando se adequar e utilizar os recursos necessários para ministrar aulas de forma online, sendo um momento delicado para todas as partes. Consoante a ideologia negacionista do governo, foram disseminadas inúmeras *fake news*¹¹ no que se refere à cientificidade, e principalmente, vacinas.

Nesse bojo, a educação pública não escapou da paralisação imediata, assim como do medo e da incerteza do futuro. E apesar das resistências, foram adotadas medidas para que as aulas retomassem, ou melhor, que a vida voltasse a uma certa normalidade. Dessa forma, o ensino remoto foi uma modalidade instituída através da Lei nº 14.040/2020, que estabeleceu

¹⁰ Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. Vale ressaltar que o termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença, sendo que a designação reconhece que, no momento, existiam surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo (OPAS, 2029).

¹¹ Notícias falsas. Segundo Fagundes *et al.* (2021), “Apesar de terem ganhado notoriedade no contexto político, essa não é a única área sobre a qual são produzidas informações falsas. No campo da ciência e da tecnologia (C&T), seus efeitos também são discutidos”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O contexto pandêmico provocou impactos significativos nos programas de pós-graduação, tanto no que se refere à oferta de disciplinas quanto ao processo de permanência dos discentes. Em decorrência das medidas restritivas, os programas tiveram que reorganizar suas atividades e introduzir o ensino remoto (Silva; Gonçalves, 2022, p. 7).

O desmonte educacional é um fator alarmante que ultrapassa a pandemia da Covid-19. Esse processo tem-se acentuado significativamente com os governos neoliberalistas, que ao estabelecerem uma lista de prioridades, colocam a educação pública em última instância. Assim, a cada dia, a educação é sucateada, tornando-se um espaço inacessível e, quando acessado, com graves problemas de permanência e evasão.

Devido a esse advento, a Pós-graduação em Política Social e Territórios, como forma de garantir que os estudantes dessem prosseguimento aos estudos, precisou aderir ao ensino remoto. Diante disso, para viabilizar essa transição, foi necessária uma adaptação ao modelo on-line, recorrendo às tecnologias e utilizando-se de plataformas de videoconferência como, por exemplo, o *Google Meet*, para que se pudessem ser mantidas as aulas e atividades síncronas e assíncronas. É importante destacar que essas adaptações foram desafiadoras no ambiente acadêmico, exigindo o desenvolvimento de estratégias para atender ao novo modelo.

Essa transição não apenas envolveu a mudança de aulas presenciais para aulas on-line, mas também uma mudança significativa quanto à metodologia aplicada pelos professores, que diante das próprias possibilidades, tiveram que se desdobrar para ministrar as aulas, atividades e debates em sala, de modo a garantir a interação dos estudantes e assegurar o aprendizado dos/as mesmos/as.

O ensino remoto emergencial trouxe diversos impactos para os estudantes, tais como: a mudança das aulas do espaço acadêmico para o âmbito familiar, a falta de concentração, ocasionada às vezes por conta do barulho em casa ou na vizinhança, dificuldades com o andamento das pesquisas devido ao isolamento social, falta de acesso à internet de qualidade e aos materiais necessários para suas pesquisas.

O ERE surge como uma solução encontrada pelo MEC para garantir a continuidade do ensino, nos diferentes níveis educacionais, que foi suspenso com o início do isolamento social, causado pela pandemia imposta com a chegada do vírus Covid-19 ao Brasil, em março de 2020. O ERE é uma modalidade de ensino emergencial, isto é, temporária, que possui como principal ferramenta de comunicação entre os sujeitos envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem, as tecnologias de informação e comunicação. Surge com a finalidade de minimizar os impactos na aprendizagem dos discentes advindos do ensino presencial, posto que na modalidade do ensino à distância não houve impactos significativos (Maciel; Corvalan; Azevedo, 2021, p. 6).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, observa-se que os obstáculos postos a esses estudantes, dos quais a maioria tinha, a princípio, expectativas de estarem em sala de aula presencialmente, foram marcantes e ainda refletem no tempo de concretização do curso para aqueles que ingressaram durante a pandemia. Assim, por outro lado, positivamente pode ser observado que, mesmo diante de algo até então novo ou até mesmo desconhecido para alguns, houve um esforço por parte dos professores e estudantes em dar continuidade a esse espaço de conhecimento acadêmico e profissional.

Cabe ressaltar que, além da vida acadêmica, as pessoas estavam vivendo um momento atípico em todos os aspectos das suas vidas, em que foi um grande desafio conciliar as inseguranças com os anseios do futuro profissional. A realidade que atravessou os lares brasileiros durante a pandemia foi vivida de forma particular por cada um/a, considerando que enfrentar os obstáculos de uma especialização é uma tarefa árdua por si só, experienciar isto durante um período de grande tensão se torna ainda mais complexo, exigindo, dessa forma, a articulação de estratégias que proporcionem a permanência.

3 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DOS/AS MESTRANDAS/OS NO POSTERR/UFRB

Neste tópico, busca-se compreender os impactos da retenção de mestrandas/os do Programa de Pós-graduação em questão, durante o período pandêmico, bem como o perfil dos discentes e os aspectos socioeconômicos que envolvem a realidade de cada um até os dias atuais.

Nesse âmbito, refere-se à retenção como o processo que decorre da permanência prolongada do estudante universitário na instituição que ultrapassa o período regular de integralização do curso. Esse fenômeno é um dos fatores que interfere nos recursos financeiros que são repassados às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), pois integra o cálculo do Total de Alunos Equivalentes de Graduação (Taeg) (Araújo; Mariano; Oliveira, 2021, p. 1).

Desde a sua criação, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia se compromete com a promoção de uma educação superior de qualidade e excelência, em que se priorize um compromisso ético-político, com relação estreita com a historicidade e o território, assim como com aspectos culturais, étnico-raciais, as tradições africanas, afro-brasileiras e indígenas. Em conformidade com o Relatório Qualitativo Plataforma Sucupira (2019), a graduação em Serviço Social da UFRB teve seu surgimento em 2008 e conta com mais de 300 (trezentos) concluintes

entre a primeira turma de egressos em 2012.1 até os concluintes de 2019.2, sendo que, aproximadamente 80% destes são oriundos de municípios do interior do Estado, com destaque para o Recôncavo Baiano.

Nesses 16 anos de existência, a graduação em Serviço Social¹², considerando a trajetória de luta e resistência, vigorou no território cachoeirano. Dessa forma a pós-graduação se tornou uma necessidade para a universidade, em que os frutos da graduação foram tão significativos que levaram à criação do Mestrado acadêmico em Política Social e Territórios (Área 32 - Serviço Social), no ano de 2018. A construção e reconhecimento do POSTERR, enquanto o mestrado derivado do primeiro curso de Serviço Social em universidade pública no estado da Bahia, pode ser considerado como um marco histórico para a educação pública de qualidade.

Na análise de dados, constataram-se variações significativas nas características da pós-graduação em Política Social e Territórios nos últimos cinco anos (entre 2019 e 2023). Houve uma oscilação no número de vagas oferecidas, variando entre 10 e 20. Em 2019, nove estudantes ingressaram no programa, sendo que oito realizaram suas defesas e apenas um não defendeu.

Para além disso, com o advento da pandemia em 2020, dos dez alunos admitidos, sete concluíram suas defesas e três não concluíram. Essa tendência sobressaltou em 2021, uma vez que dos sete ingressantes, apenas um finalizou seu trabalho. É válido pontuar também que, em 2023, das 20 vagas oferecidas, sete permaneceram não preenchidas, resultando na abertura de vagas remanescentes. Conforme as variações ao longo dos cinco anos do programa POSTERR, observa-se que no período da pandemia houve um corte significativo nas taxas de conclusão. Tais dados mostram os impactos da pandemia no processo de retenção das/os mestrandos.

Ao aplicar o questionário com nove mestrandas/os do Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios (POSTERR), foi possível se aproximar da trajetória de cada um/a, em que se buscou compreender, principalmente, o perfil discente, aspectos socioeconômicos, a rotina antes, durante e após a pandemia, assim como o percurso acadêmico, ou seja, os motivos que o/a levaram à escolha do mestrado, como se deu a permanência acadêmica no período pandêmico e questões que tangem à retenção.

No universo acadêmico, constatou-se uma variação de perfil estudantil com pessoas de vários lugares, idades, cor/raça, gênero, sexualidades, dentre outros quesitos que formam o ser. No âmbito do objeto de análise deste trabalho, a Pós-graduação em Política Social e Território da UFRB, que é um mestrado acadêmico da área do Serviço Social, percebe-se que as/os

¹² O curso de bacharelado em Serviço Social da UFRB possui duas entradas ao ano (dois semestres), sendo estas nos turnos diurno e noturno, sendo assim o curso de maior entrada de estudantes do CAHL.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ingressantes vêm de várias áreas de graduação, que não necessariamente seja o Serviço Social, como por exemplo, a área da licenciatura (Ciências Sociais, Pedagogia, Biologia etc.).

Observa-se a nacionalidade brasileira de todas/os nove entrevistadas/os, sendo que, compreendendo a realidade histórica em que o POSTERR está situado, das 9 (nove) pessoas entrevistadas, todas afirmaram ser oriundas de zona urbana, sendo que 7 (sete) são naturais da Bahia e apenas 2 (duas) de outros estados, uma do Rio de Janeiro e outra de São Paulo.

Tais dados indicam que o ser pertencente a determinada localidade vai muito além de linhas e marcações geográficas, e que se deve levar em consideração a diversidade territorial na formação do sujeito, haja vista que cada território é rico em cultura, costumes, linguagens e aspectos totalmente próprios, que estão diretamente ligados à formação pessoal. Deste modo, pode-se demarcar que no período pandêmico, no momento que as aulas precisaram ser adaptadas para o ensino remoto, esse fator permitiu que as/os estudantes frequentassem as aulas mesmo estando em outro local. Contraditoriamente, a pandemia favoreceu a permanência de alguns que residiam em outros municípios e também dificultou a permanência daqueles que não tinham as condições objetivas para acompanhar as aulas remotas.

A moradia distante é um aspecto que impacta diretamente na permanência universitária, visto que a distância se torna um desafio para a continuidade e a fragilização do vínculo institucional. Ao questionar sobre a residência atual para estudar, a maioria não está residindo em Cachoeira/São Félix. Das/os 6 (seis) mestradas/os que afirmaram não residir em Cachoeira/São Félix, 3 (três) possuem residência fixa em Salvador, 2 (duas) em Governador Mangabeira e uma em Amélia Rodrigues, em contrapartida, 2 (duas) residem em Cachoeira e uma em São Félix.

Em relação à identidade étnico-racial, destaca-se que 4 (quatro) se autodeclararam pessoas pretas, 3 (três) como pardas e 2 (duas) como brancas, demonstrando uma significativa alteração no padrão perpetuado há muito tempo e em cenário nacional, em que a maioria a possuir ensino superior era de pessoas brancas. Ademais, com relação ao estado civil, há apenas uma pessoa casada, sendo as outras 8 (oito) solteiras, além de que nenhuma possui filhos. Dessa forma, tem-se uma visão ampla de quais corpos experienciam a Pós-graduação em Serviço Social da UFRB, sendo a maioria de baianas/os, negras/os e jovens.

A partir desse universo, identificou-se que destes 9 (nove), 5 (cinco) estão na faixa etária de 20-30 anos, 3 (três) estão entre 31-40 anos e um possui mais de 50 anos. No que diz respeito ao gênero, 7 (sete) pessoas se identificam como mulher cis e 2 (duas) pessoas como homem cis.

Já na questão de sexualidade, 5 (cinco) se identificam como héteros, 3 (três) como bissexuais e apenas um como homossexual.

Em termos do perfil, os dados apontam que majoritariamente o curso é constituído por mulheres cis, que se autodeclaram negras, com idade até 30 anos, que se identificam heterossexuais. Ainda na proposta de caracterizar o perfil de estudantes do programa, pretende-se debruçar na análise dos dados referentes aos aspectos socioeconômicos das/os mestrandas/os.

Do número de contatados, já afirmado anteriormente, 5 (cinco) afirmaram trabalhar/exercer atividade remunerada e 4 (quatro) negaram. No que tange à renda familiar *per capita*, 6 (seis) afirmaram possuir renda de um a dois salários-mínimos, 2 (dois) de três a quatro salários-mínimos e uma mais de cinco salários-mínimos. Ainda pensando nessa composição da renda, 5 (cinco) afirmam concentrar atividade nos estudos e 4 (quatro) estudam e também trabalham.

Assim, é importante destacar que há as/os estudantes cuja renda é proveniente de atividade remunerada, enquanto outras/os recebem bolsa universitária ou ambos. Desse modo, 6 (seis) pessoas afirmaram receber bolsa, sendo 3 (três) fomentadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e outras 3 (três) pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Cabe salientar que, majoritariamente, esta realidade de alunos bolsistas tem sido um fator determinante para a permanência do programa.

Em relação aos motivos que levaram à escolha pelo mestrado, foi possível identificar uma variedade de razões. Alguns relataram que buscaram o mestrado por conta de avançar profissionalmente na carreira ou porque as suas pesquisas se identificam com as linhas de pesquisa do POSTERR. Dentre as/os entrevistadas/os, registra-se a fala da/o Entrevistada/o 1, ao frisar que “então, para mim, o mestrado era uma oportunidade de competitividade no mercado de trabalho e uma possibilidade real de pensar em uma carreira acadêmica”. Esse relato evidencia como o mestrado apresenta um meio de crescimento acadêmico, mas também abre portas para oportunidades de inserção no mercado de trabalho. A esse respeito, destaca-se

[...] a possibilidade de cursar um mestrado próximo de casa, um mestrado que é na área de serviço social, uma área que para mim eu gosto muito, que é a política social. Então esses fatores me trouxeram a estar ingressando no mestrado. Tinha a possibilidade também de ir para a UFBA, que são os dois mestrados do mesmo tempo. Mas a minha pesquisa, todos os caminhos da minha pesquisa me trouxeram para a política social. E aí a possibilidade, a escolha, na verdade, se deu através dessa aproximação com a política social, sendo que é um mestrado na área de serviço social, que está no Recôncavo (ENTREVISTADA/O 1).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No que se refere às expectativas dos/as mestrandos em relação ao POSTERR, na maioria das respostas, observa-se um grande desejo de aprendizado, de colocar em prática todo aprendizado adquirido ao longo da formação, como refletiu a/o entrevistada/o 2 sobre suas expectativas:

Aprendizado e a expectativa de ter a oportunidade de ter acesso a um conjunto de conhecimentos sistematizados. A oportunidade de ter um grupo de professores da área, que vão falar sobre fundo público, política social, Estado, território, todo esse acesso ao conjunto de conhecimento orientado e sistematizado (ENTREVISTADA/O 2).

Ao analisar o estudo no período pandêmico, foi possível identificar que dentre o número total de estudantes que conseguimos entrevistar, 5 (cinco) ingressaram no programa após a pandemia (2023-2024) e 4 (quatro) ingressaram durante a pandemia (2020-2022). Levando em conta que de um ano para outro há inúmeras mudanças de contexto e realidade, é primordial destacar que nesse período o país vivenciou uma crise e estado de emergência, em que a população sobreviveu a dias de incertezas, pânico e angústias.

Dessa forma, o ensino remoto durante a pandemia de Covid-19 não foi de cunho obrigatório, considerando que alguns dos entrevistados estavam envolvidos com atividades acadêmicas nesse período e outros não. Com relação à avaliação do retorno ao ensino presencial, registram-se 7 (sete) respostas, em que 6 (seis) afirmaram que foi bom, enquanto para uma foi ótimo. Já no quesito de avaliação do desempenho nas atividades acadêmicas durante e após a pandemia, as respostas oscilaram bastante, sendo que sobre a avaliação durante a pandemia, 3 (três) avaliaram como bom, 2 (dois) como péssimo, um como ótimo e um como regular. Porém, na avaliação do pós-pandemia, 4 (quatro) avaliaram como bom, 3 (três) como regular, um como ótimo e um como ruim.

Apesar de compreenderem que o ensino remoto foi alternativa adotada diante do cenário posto, há necessidade de considerar os seus limites objetivos e das suas limitações para o processo de desenvolvimento e aprendizagem, como sinaliza a entrevistada/o 3.

Eu acho que não é algo tão engessado no bom e no ruim. Eu gosto de ser presencial. Eu gosto de construir um debate, de debater. Porque essa é a minha personalidade dentro da minha profissão. Enquanto cientista social, gosto de estar em contato com a sociedade, conversar. E no formato remoto, por exemplo, não era algo que me deixava cômoda, não me dava vontade de estudar. Era um espaço em que eu não conseguia me concentrar. Porque eu também sou uma pessoa muito visual. E aí, quando eu volto agora, entrar em uma sala de aula, na primeira aula, por exemplo, do mestrado, depois de três anos, quase quatro anos, foi 2020 que fechou tudo, não foi isso? Foi, foi. Então, quatro anos sem entrar em uma sala de aula para estudar, sem ter um contato presencial, que é uma sala de aula com professores, com colegas. Então, foi algo que para mim deu aquela sensação de saudade, bem saudosa, mas é aquela sensação de nossa, é aqui que eu queria estar mesmo, é aqui que eu consigo realmente aprender, eu estou realmente aprendendo, buscando conhecimento e tal (ENTREVISTADA/O 3).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Segundo a fala da/o entrevistada/o, foi possível observar que uma das dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante a pandemia, na modalidade remota, foi não possuir concentração suficiente para os estudos. Isso mostra como o ensino remoto não atendia às suas necessidades de aprendizagem, por falta de estímulos visuais, contato com a sala de aula, com os professores e colegas. E como o retorno ao ensino presencial proporcionou um espaço em que a/o estudante consegue se concentrar e aprender.

Nesse período muitos trabalhos foram direcionados para *home office*, e posteriormente, com a organização devida, o ensino público foi encontrando formas de continuar. Por meio dessa mudança abrupta, alguns relatos destacam como foi complexo esse movimento de concentrar trabalho e estudo dentro do ambiente doméstico, muitas vezes com a família toda dentro de casa também, sem um espaço adequado para estudar. Foi um impacto muito negativo e foi preciso se adaptar. Mesmo com toda dificuldade, as/os entrevistadas/os colocam que foi preciso conciliar, se adaptar, resistir, mesmo que isso tenha causado danos para seu bem-estar.

Eu avalio que o impacto foi forte para todos nós, para os professores também, a gente sabe que estávamos vivendo uma situação muito complicada, pessoas próximas que estavam contraindo o vírus. Então, assim, eu acho que o processo remoto, ele foi um cotidiano muito adverso, que nos deixou muito frágil também (ENTREVISTADA/O 4).

Os desafios foram me reacostumar. E oportunidades foi entender. Então, dentro de oportunidades, eu penso muito no sentido de a gente ter a oportunidade de conviver com outras pessoas com realidades semelhantes e diferentes, mas que com objetivos parecidos. Porque fiquei agraciada por estar dentro de uma sala que a maioria são mulheres. E são mulheres que se acolhem, são mulheres que se escutam, mesmo a gente só tendo aula dia de terça e quarta. Então a gente tem uma relação próxima ali de conversa. E isso pra mim foi uma oportunidade e tanto, conhecer mulheres com tanta potencialidade, Conhecer potência, sabe? E sem falar da própria bagagem profissional que eu vou sair do mestrado (ENTREVISTADA/O 3).

Em suma, apesar das inúmeras dificuldades narradas pelas/os entrevistadas/os com relação ao processo formativo durante a pandemia e também à readaptação de rotina, percebe-se que o desejo pessoal da titulação, a necessidade de concluir o mestrado, o vislumbre da entrega da dissertação foram e são motivadores para persistir e não abandonar o curso. Com isso, registram-se os desafios pós-pandemia para assegurar a permanência e conseqüentemente a integralização do curso, especialmente diante dos problemas relacionados às pressões e à saúde mental, ligando um alerta para esse autocuidado e para entender os limites. Como também indicam que o retorno foi gratificante para a maioria, haja vista os processos de retomada das atividades e das relações sociais, e do pulsar da universidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe sinalizar que o estudo realizado possibilitou adensar as reflexões acerca dos impactos da permanência dos/as mestrandos/as no contexto pandêmico. Para tanto, registra-se que a escolha do período pesquisado de 2019 a 2023 não foi opcional, mas uma estratégia metodológica para identificar como a pandemia atingiu a permanência das/os mestrandas/os.

De acordo com os dados, é possível perceber que não são todos que conseguem defender a dissertação, além disso, o número de ingressantes nem sempre atinge a totalidade, mesmo com a abertura para estudantes especiais (que cursam algumas disciplinas antes de adentrar o curso em sua inteireza, como forma de uma prévia experiência) e alunos remanescentes (quando são ofertadas novas vagas para contemplar as que não foram ocupadas).

Dessa forma, pode-se inferir que, no contexto pandêmico, o ensino remoto foi o principal aliado e contribuiu para a continuidade do aprendizado, conhecimento e formação. É importante frisar também que não segue o mesmo padrão das universidades que são adeptas ao sistema de ensino EAD, ou seja, "Educação a distância", já que a forma *online* se configurou como uma forma de a educação não ficar totalmente parada e o atraso ser maior.

Ademais, fazendo uma comparação com as respostas obtidas através das falas detalhadas das/os discentes na entrevista semiestruturada, ficou perceptível que a pandemia impactou negativamente no processo de formação destes, tendo como consequências ainda atuais a retenção dos discentes, o prolongamento das defesas, afetando na permanência, e com isso, constata-se a necessidade de se repensarem estratégias que positivamente contribuam para o enfrentamento dessa realidade.

Nota-se a necessidade de políticas educacionais que priorizem esses estudantes, ofereçam suporte psicológico e emocional para garantir a continuidade e qualidade da educação, como também a criação de programas acadêmicos para que sejam amenizados os efeitos adversos causados pela pandemia e assegurando um percurso formativo eficaz.

Por fim, se faz extremamente necessária a continuidade da pesquisa, para que haja a plena compreensão dos atenuantes que têm interferido diretamente na retenção do Programa, de forma que seja possível uma articulação efetiva para que a pós-graduação se estabeleça enquanto referência na formação profissional desses estudantes.

5 REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ARAÚJO, A. C. P. L. de; MARIANO, F. Z.; OLIVEIRA, C. S. de. Determinantes acadêmicos da retenção no Ensino Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 1045-1066, out. 2021.

BERNARDINO-COSTA, Joaze *et al.* Radiografia das políticas de ação afirmativa na pós-graduação das universidades federais. **Dados**, v. 67, p. e20210175, 2023.

BRASIL. **Plano Nacional da Pós-Graduação (2024-2028)**. 172 páginas. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/pnpg-2024-2028>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DOURADO, L. F. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0224639, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019224639>.

FAGUNDES, V. O. *et al.* Jovens e sua percepção sobre fake news na ciência. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 16, n. 1, p. e20200027, 2021.

GATTI, Bernadete Angelina. Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. **Revista Brasileira De Educação**, (18), 108–116, 2001.

IVASHITA, Simone Burioli; VIEIRA, Aline Daniella Rezende. A pós-graduação no Brasil e o Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG (2011-2020): rupturas e permanências. [TESTE] **Debates em Educação**, v. 9, n. 19, p. 121, 2017.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; CORVALAN, Jenifer Brites; AZEVEDO, Vanessa L. S. de. Pandemia e ensino remoto emergencial: repercussões na formação em Serviço Social. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA*, 5, 2021, Porto Alegre, RS. **Anais Eletrônicos** [...]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/assets/edicoes/2021/comp-lista-artigos.html>. Acesso em: 27 jul. 2024.

OPAS. Organização Pan Americana de Saúde. **Histórico da pandemia COVID-19**. Organização Pan Americana da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo>. Acesso em: 27 jul. 2024.

RIBEIRO, Daniella Borges. A pandemia da COVID-19 e a pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Argumentum**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 72-91, 2023. DOI: 10.47456/argumentum.v15i2.40012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40012>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SILVA, Albany Mendonça; GONÇALVES, Maria da Conceição. Desafios da permanência na pós-graduação em serviço social no contexto pandêmico. *In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*. Rio de Janeiro, 2022. Sucupira (2019/2020). Anais [...]. 2022. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgpst/relatorio-sucupira>. Acesso em: 12 abr. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA, M. O. da S.; DE CARVALHO, D. B. B. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 4, n. 8, 2011. DOI: 10.21713/2358-2332.2007.v4.129. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/129>. Acesso em: 28 jul. 2024.

UFRB. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação. **Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios**: Relatório. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgci/>. Acesso em: 12 jul. 2024.